



PREFEITURA DO  
RECIFE

### Conselho DA CIDADE DO RECIFE

#### Ata da 13ª Reunião Extraordinária do Conselho da Cidade do Recife Dia 21 de dezembro de 2018

1 Às 9h40, do dia 21 de dezembro de 2018, no Auditório Capiba - Edifício Sede da  
2 Prefeitura do Recife – 15º andar (Av. Cais do Apolo, 925, Bairro do Recife,  
3 Recife/PE), reuniu-se o Conselho da Cidade do Recife para a 13ª Reunião  
4 Extraordinária, objetivando tratar da seguinte pauta: 1 - Aprovação da ata da reunião  
5 anterior, 2- Aprovação da pauta para reunião, 3 - Relatório de atividades do GT-POT  
6 (Grupo de Trabalho do Plano de Ordenamento Territorial) e do Conselho da Cidade,  
7 4 - Encaminhamento da Câmara de Habitação e Regularização Fundiária sobre a  
8 Política de Habitação e Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) e 5 -  
9 Informes Gerais. Após verificar o quórum com a presença de 34 conselheiros entre  
10 titulares e suplentes, Antônio Alexandre (Poder Público) declarou aberta a plenária do  
11 Conselho. Informou a pauta já divulgada anteriormente e conduziu a aprovação da  
12 ata da reunião anterior. Propôs que as Câmaras Técnicas, a exemplo da Câmara de  
13 Habitação e Regularização Fundiária, apresentassem o estágio de discussão e  
14 encaminhamento dos seus específicos projetos. Perguntou se algum conselheiro teria  
15 alguma sugestão para a ata disponibilizada. Sem haver manifestação, considerou  
16 aprovada. Iniciou a discussão com a abordagem do primeiro ponto de pauta. Expôs a  
17 síntese de relatório das atividades anuais do Conselho da Cidade e das Câmaras  
18 Técnicas. Registrou que ocorreram dificuldades em relação ao quórum das Câmaras  
19 Técnicas, enfatizando a importância da participação dos conselheiros no espaço.  
20 Sobre o Grupo de Trabalho do POT, ressaltou sua atuação, sendo alvo de  
21 apresentação específica, a realização da Conferência do Plano Diretor. Informou que  
22 o quadro síntese apresentado estará disponível no site do Conselho para consulta  
23 dos interessados. Solicitou que João Domingos (Poder Público) iniciasse sua  
24 apresentação sobre o trabalho realizado pelo GT POT. Este enfatizou que a  
25 apresentação está organizada em três partes: 1 - Processo de construção coletiva, 2  
26 - Processo participativo e 3 - Contribuições à revisão do Plano Diretor. Destacou que  
27 a função do GT POT extrapola o processo de revisão do Plano Diretor, pois terá uma  
28 atuação no processo de revisão das leis urbanísticas complementares. Apresentou o  
29 cronograma de reuniões realizadas pelo GT POT, a leitura e os resultados da  
30 participação, ressaltando também a categorização de gênero, ocorrida nos diversos  
31 encontros participativos realizados no processo de revisão do PD, incluindo a  
32 Conferência do Plano Diretor. Também apresentou a participação das pessoas  
33 através da internet, tanto em termos de visualizações, como de contribuições.  
34 Informou que os dados relativos a essa leitura se encontram anexados em  
35 documento específico no site do Conselho da Cidade. Em seguida, apresentou um  
36 resumo do projeto de lei da revisão do Plano Diretor aprovado na Conferência do  
37 Plano Diretor e enviado à Câmara de Vereadores. Informou que o Projeto de Lei está  
38 disponibilizado no site do Conselho da Cidade, e se for identificado alguma  
39 incongruência em relação às propostas aprovadas na Conferência do Plano Diretor, o  
40 poder público enviará à Câmara de Vereadores uma ementa, solicitando a  
41 adequação. Antônio Alexandre (Poder Público) complementou o informe em relação  
42 ao encaminhamento à Câmara de Vereadores do Projeto de Lei, destacando que a  
43 participação popular foi garantida, dado o cumprimento de todas as etapas  
44 participativas, culminando com a realização da Conferência do Plano Diretor, que

1



PREFEITURA DO  
RECIFE

### Conselho DA CIDADE DO RECIFE

#### Ata da 13ª Reunião Extraordinária do Conselho da Cidade do Recife Dia 21 de dezembro de 2018

45 significa a instância máxima de participação. Comentou que os resultados gerados na  
46 Conferência do Plano Diretor, foram integralmente acatados pelo Chefe do Executivo,  
47 sendo validado também pela Procuradoria Geral do Município, que excluiu apenas  
48 uma questão relativa ao orçamento que não era pertinente à natureza de deliberação  
49 do Plano Diretor. O Projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor se encontra na  
50 Câmara de Vereadores, espaço onde também será alvo de discussão e, se  
51 necessário, ementas para ajustes do Projeto de Lei. Agradeceu em público a atuação  
52 da Procuradoria Geral do Município, pelo empenho que permitiu a conclusão dessa  
53 etapa. Abriu a palavra para debate, sendo solicitada a palavra por Danielle Rocha  
54 (UFPE) que apresentou considerações do segmento acadêmico sobre o processo de  
55 revisão do Plano Diretor. Procedeu a leitura do documento, que será protocolado,  
56 como considerações oficiais desse segmento. Concluiu, afirmando o compromisso de  
57 revisar os conteúdos do Projeto de Lei apresentado à Câmara de Vereadores e de  
58 participação nas instâncias que deverão atuar no processo de elaboração/revisão das  
59 leis urbanísticas complementares. Ronaldo Coelho (HABITAT) solicitou a palavra  
60 para enfatizar que reconhece a soberania da Conferência do Plano Diretor, mas  
61 questiona a postura da Prefeitura da Cidade do Recife de não cumprir com o  
62 compromisso de apresentar o produto resultante da Conferência ao Plenário do  
63 Conselho da Cidade, pois, cabe ao Conselho da Cidade, o controle social, pois é  
64 nesse espaço que se valida a confirmação dos resultados da Conferência na  
65 elaboração do projeto de lei. Expôs seu descontentamento com a condução dada  
66 pela Prefeitura da Cidade do Recife em encaminhar o projeto de lei à Câmara de  
67 Vereadores sem a participação do Conselho da Cidade. João José da Silva  
68 (MLPC/PE) expôs seu descontentamento com a organização da Conferência do  
69 Plano Diretor, devido a presença da Guarda Municipal do Recife e da influência  
70 excessiva da consultoria no processo de escolha dos representantes dos movimentos  
71 sociais, que na ocasião, coordenou a plenária de escolha dos delegados. Registrou  
72 que ocorreram inferências da gestão no processo de escolha dos delegados dos  
73 movimentos sociais. Enfatizou que a gestão deve observar melhor a relação e  
74 respeitar a autonomia dos movimentos sociais, reconhecendo o papel de controle  
75 social, que cabe aos diversos segmentos. Informou que o representante do PREZEIS  
76 não está presente nesta plenária do Conselho por estar ocorrendo ao mesmo tempo  
77 que uma plenária do Fórum do PREZEIS. Giancarlo Costa (MLRT) parabenizou a  
78 realização da Conferência do Plano Diretor, considerando que a sua organização foi  
79 produto da atuação do GT POT. Antônio Alexandre (Poder Público) elogiou a postura  
80 dos representantes da academia, que apresentou críticas com legitimidade, sendo  
81 partícipe de todo o processo. Enfatizou que há conquistas que muitas vezes não são  
82 lembradas, como a própria instalação do Conselho da Cidade. Avaliou que a retirada  
83 de segmentos da Conferência não é expressão do contraditório, pois não houve  
84 oportunidade de exercer esse contraditório. Reforçou que por outro lado, ocorreram  
85 avanços no que se refere ao desenvolvimento da política urbana, sendo muitas delas,  
86 oriundas de propostas dos movimentos sociais. Destacou, ainda, que o papel do  
87 poder público é de mediação e que, naturalmente, não se contempla a totalidade de  
88 propostas de apenas um segmento, e sim, propostas que são resultantes de um

*Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page.*



PREFEITURA DO  
RECIFE

### Conselho DA CIDADE DO RECIFE

#### Ata da 13ª Reunião Extraordinária do Conselho da Cidade do Recife Dia 21 de dezembro de 2018

89 processo de pactuação. Por outro lado, afirmou que a instância legitimada para  
90 deliberar as propostas é a Conferência do Plano Diretor, e que a Procuradoria Geral  
91 do Município validou as propostas aprovadas. Discordou do João José da Silva  
92 (MLPC/PE) pela crítica feita à presença da Guarda Municipal do Recife na  
93 Conferência do Plano Diretor, onde acredita que não houve prejuízo no processo  
94 democrático estabelecido. Ubiratan Augustinho (UNMP) enfatizou sua disposição de  
95 construir o processo coletivamente. Colocou que os segmentos que se ausentaram  
96 da Conferência do Plano Diretor não representam a maioria dos representantes dos  
97 movimentos sociais. Quanto à presença da Guarda Municipal do Recife, avaliou que  
98 foi importante a presença, porque alguns manifestantes estavam com instrumentos  
99 cortantes e poderiam ferir a integridade física dos outros participantes. Levantou  
100 algumas propostas que avalia não terem sido abordadas nos grupos de debates,  
101 como as CIS e o uso da linha férrea no transporte urbano. Fez um apelo para os  
102 representantes descerem às bases, para atuar de forma mais afinada com os  
103 interesses das comunidades. Fez um convite para o aniversário da Escola de Samba  
104 Estudantes de São José, que comemorará 70 anos de existência em 12 de janeiro de  
105 2019. Daniel Valença (AMECICLO) registrou que os conselheiros não tem acesso às  
106 informações, destacando que ao longo do processo, não se teve um calendário muito  
107 claro, sobretudo, no tempo em que foi definido o cronograma para as inscrições das  
108 pessoas para participarem das reuniões por segmentos. Destacou que, em relação  
109 às diversas formas de democracia, uma delas, é o direito de se expressar. Quanto à  
110 participação da sociedade civil, avaliou que essa foi prejudicada no momento em que  
111 ocorreu alteração da composição do Conselho da Cidade. Avaliou que o processo foi  
112 atropelado devido ao ínfimo tempo em que se processou a revisão do Plano Diretor,  
113 mas que ocorreu interesse de todos participarem. E com relação à participação do  
114 Conselho, nesse processo havia, no cronograma, previsão do Conselho validar as  
115 propostas resultantes da Conferência do Plano Diretor. Comentou que seria  
116 interessante a apresentação do projeto de lei à Câmara Municipal de forma conjunta,  
117 Poder Executivo e Conselho da Cidade. Glória Brandão (Poder Público) colocou que  
118 a democracia é um aprendizado, pois é fruto de luta social. Enfatizou que todos  
119 precisam entender melhor o papel do poder público no processo democrático e, por  
120 outro lado, o empenho dos técnicos, que muitas vezes foram incompreendidos em  
121 seu papel. No que se refere ao papel da academia e de outras representações dos  
122 movimentos sociais, é o papel crítico e de construção. Colocou que muitas vezes isso  
123 não é bem compreendido. Sobre a presença da Guarda Municipal do Recife, avalia a  
124 dificuldade, mas reconhece os excessos ocorridos, fator que levaram a atuação. Por  
125 outro lado, avaliou que o projeto de lei se encontra na Câmara dos Vereadores, e que  
126 todas as representações sociais devem estar atentas aos avanços contidos no Plano  
127 Diretor. Ronaldo Coelho (HABITAT) rechaçou a denúncia de Ubiratan Augustinho  
128 (UNMP) de que manifestantes estavam com objetos cortantes, sendo isso uma  
129 inverdade. Reiterou a importância do poder executivo acatar as deliberações da  
130 Conferência do Plano Diretor e que o mesmo ocorresse com as deliberações da  
131 Conferência da Cidade, o que não tem acontecido. Ressaltou que o poder público  
132 deve ter melhor postura ao se relacionar com a sociedade civil. Por outro lado,





PREFEITURA DO  
RECIFE

### Conselho DA CIDADE DO RECIFE

#### Ata da 13ª Reunião Extraordinária do Conselho da Cidade do Recife Dia 21 de dezembro de 2018

133 reafirmou que havia o compromisso de apresentar a minuta do projeto de lei no  
134 Conselho da Cidade. Sandro Guedes (ADEMI) confirmou que a minuta deveria ter  
135 sido apresentada ao Conselho da Cidade, sendo, o Conselho um ente institucional  
136 responsável também pelo envio do projeto de lei para a Câmara dos Vereadores.  
137 Questionou o viés ideológico das ONGS, pois o direito a cidade é para todos.  
138 Ressaltou que a Redeopacidade, reúne 25 entidades do setor empresarial, e eles  
139 também são sociedade civil. Observou que a cidade está construída pela ação  
140 desses incorporadores e que, atualmente, não se consegue mais construir.  
141 Argumentou que o mercado imobiliário não financiará a cidade, exemplificando que o  
142 coeficiente 2 não viabiliza a ação de construtores. Como representante da ADEMI,  
143 afirmou que o poder público não os escudou. Por outro lado, afirmou que, mesmo  
144 discordando, participou de todo o processo. Elka Porciúncula (SINDUSCON/PE)  
145 complementou a fala do Sandro Guedes (ADEMI), questionando sobre a alternativa  
146 de viabilizar as propostas desse setor para a cidade. Avaliou que o Plano Diretor não  
147 abordou com profundidade algumas questões que acredita serem fundamentais para  
148 o desenvolvimento econômico da cidade. Requisitou maior espaço de participação,  
149 além de haver desrespeitos de conselheiros em relação aos representantes do  
150 mercado. Avaliou que há lucratividade, inclusive em áreas pobres, o que não há é  
151 formalidade. Antônio Alexandre (Poder Público) agradeceu os depoimentos de todos  
152 e todas e solicitou a exposição de Norah Neves (Poder Público) sobre o Plano Local  
153 de Habitação de Interesse Social. Norah Neves (Poder Público) informou que a  
154 Câmara Técnica de Habitação aprovou a Política e o Plano Local de Habitação de  
155 Interesse Social. Falta agora apresentar esses documentos ao Conselho da Cidade.  
156 Algumas questões estão definidas no Plano Diretor, como o percentual de recurso  
157 para o Fundo de Habitação e Regularização Fundiária. José Fernandes (Poder  
158 Público) apresentou os informes da Câmara Técnica de Saneamento, convidando a  
159 todos os conselheiros para participarem da Câmara Técnica, para se apropriar das  
160 discussões do Plano Municipal de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais, que se  
161 encontra em processo de finalização das discussões na CT. Com relação à Câmara  
162 Técnica de Planejamento, Controle Urbano e Meio Ambiente, informou que a Minuta  
163 de Regulamentação do Instrumento dos Estudos de Impacto de Vizinhança - EIV foi  
164 aprovada pelo Plenário do Conselho, foi revisada pela Procuradoria Geral do  
165 Município e deve ser encaminhada ao legislativo em breve. Desejou um bom final de  
166 ano, solicitando a participação de todos no acompanhamento das discussões do  
167 Plano Diretor na Câmara de Vereadores. Antônio Alexandre (Poder Público)  
168 perguntou se ainda havia informes. Lorena Veloso (Poder Público) informou que a  
169 Câmara de Patrimônio, retardou seus trabalhos, mas que provavelmente no final de  
170 janeiro, será retomada. Disse que na próxima reunião será apresentado o diagnóstico  
171 da ZEPH 5, localizada no Poço da Panela. Agradeceu a participação e as conquistas  
172 técnicas e políticas alcançadas nessa gestão. Ana Magalhães (Poder Público)  
173 registrou o grande avanço do Plano Diretor no que se refere à equidade de gênero,  
174 dada a maioria da população do Recife ser composta por mulheres. Em nome da  
175 Secretaria da Mulher, avaliou que o Plano Diretor significou uma grande conquista  
176 para a questão de gênero. Fernando de Alcântara (Poder Público) ressaltou o papel

*Sérgio Santos*

4



PREFEITURA DO  
RECIFE

Conselho DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 13ª Reunião Extraordinária do Conselho da Cidade do Recife  
Dia 21 de dezembro de 2018

177 das Câmaras Técnicas, contudo, justificou que pela experiência de férias e recesso  
178 do início do ano, as Câmaras devem voltar a atuar, a partir de fevereiro de 2019.  
179 Cristiana Araújo (CAU) desejou Feliz Natal para todos e perguntou como será o  
180 acompanhamento do GT POT do processo de discussão do projeto de lei do Plano  
181 Diretor na Câmara de Vereadores. Antônio Alexandre (Poder Público) colocou que a  
182 primeira agenda do GT POT deve ser em relação ao processo de aprovação do  
183 Projeto de Lei do Plano Diretor, sendo feito uma agenda para isso. Quanto ao  
184 procedimento da Câmara de vereadores, normalmente há solicitação do  
185 acompanhamento do Executivo, neste caso, poderá se fazer uma agenda de  
186 comunicação entre executivo e GT POT para esse fim. Enfatizou sobre a importância  
187 de se construir um ambiente positivo para o acompanhamento do projeto de lei do  
88 Plano Diretor, bem como da revisão das outras leis. Avaliou que se encerra o ano,  
189 com conquistas e que seja um objetivo comum, o fortalecimento da relação  
190 democrática de participação entre o Poder Público e as diversas representações  
191 sociais. Desejou um Feliz Natal para todos. Sem mais nada a acrescentar, eu, Maria  
192 do Socorro Cavalcanti, lavrei a presente Ata, que vai assinada pelos conselheiros  
193 presentes. Recife, 21 de dezembro de 2018.

Alexandre Sávio (Poder Público – Suplente)	
Ana Cláudia Mota (Poder Público – Suplente)	
Ana Magalhães (Poder Público – Suplente)	
Antônio Alexandre (Poder Público – Titular)	
Auxiliadora Pires (Poder Público – Titular)	
Bruno de Albuquerque (UFPE – Suplente)	
Cezar Lopes (Poder Público – Suplente)	
Cristiana Araújo (CAU – Suplente)	
Cristinalva Quintino (CENDHEC – Titular)	
Daniel Valença (AMECICLO – Suplente)	
Danielle Rocha (UFPE – Titular)	
Elka Porciúncula (SINDUSCON/PE - Titular)	
Eugênia Simões (Poder Público – Titular)	
Fernando de Alcântara (Poder Público – Suplente)	

Sergio Santos



PREFEITURA DO  
RECIFE

Conselho DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 13ª Reunião Extraordinária do Conselho da Cidade do Recife  
Dia 21 de dezembro de 2018

Giancarlo Costa (MLRT – Titular)	
Glória Brandão (Poder Público – Suplente)	<i>gloria</i>
João Domingos Petribú (Poder Público – Titular)	<i>[Signature]</i>
João José da Silva (MLPC/PE – Titular)	<i>João José da Silva</i>
José Fernandes Júnior (Poder Público – Titular)	<i>[Signature]</i>
Lorena Veloso (Poder Público – Titular)	<i>[Signature]</i>
Luciana Félix (Poder Público – Titular)	<i>Luciana Félix</i>
Luciano Ferraz (Poder Público – Suplente)	<i>[Signature]</i>
Marcela Paiva (Poder Público – Titular)	<i>[Signature]</i>
Mariana Asfora (Poder Público – Titular)	
Maurício Pina (Poder Público – Titular)	<i>[Signature]</i>
Norah Neves (Poder Público – Titular)	<i>[Signature]</i>
Paula Bittencourt (Poder Público - Titular)	<i>Paula Bittencourt</i>
Paula Ferreira (CENDHEC – Suplente)	
Rafael De Biase (OAB/PE – Suplente)	
Roberto Muniz (SINAENCO – Suplente)	
Ronaldo Coelho (HABITAT – Titular)	
Sandra Nunes (Poder Público – Suplente)	
Sandro Guedes (ADEMI – Suplente)	<i>[Signature]</i>
Sérgio Xavier (ABES – Suplente)	<i>Sérgio Xavier</i>
Ubiratan Augustinho (UNMP – Suplente)	

*[Handwritten marks]*  
6

## CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR DO RECIFE DE 2018 E SEUS RESULTADOS PARCIAIS

Elaborado pelos representantes do Segmento Instituições Acadêmicas e de Pesquisa no CONCIDADE e no GTPOT e pelas delegadas e delegados da Universidade Federal de Pernambuco e da Universidade Católica de Pernambuco, participantes da Conferência Municipal do Plano Diretor do Recife.

Considerando o papel das Universidades, de colaborar plenamente com os esforços para o desenvolvimento sustentável da cidade, aportando conhecimentos, críticas e prestação de serviços à sociedade, colocamo-nos à disposição da população e do poder público do Recife para encontrar um modo mais inclusivo, proativo e viável de se proceder as revisões do Plano Diretor, da Lei de Uso e Ocupação do Solo e suas regulamentações complementares.

Ressaltamos algumas reflexões sobre esses processos e seus resultados parciais, visando apoiar a compreensão da população acerca da importância deste momento e sua participação na elaboração deste relevante documento, que será submetido à aprovação política na Câmara dos Vereadores do Recife nos primeiros meses de 2019.

A atual gestão municipal consolidou avanços no sentido de se aproximar das Universidades para a realização de pesquisas, estudos e elaboração de diretrizes que contribuíssem com o ordenamento territorial urbano que a revisão do Plano Diretor deve consolidar. Importantes parcerias foram realizadas, como o "Projeto Parque Capibaribe", que busca reintegrar o Rio Capibaribe na vida e na paisagem dos recifenses, e o convênio para o fortalecimento do PREZEIS, com a consolidação e ampliação das ZEIS existentes e a criação de novas ZEIS, sob responsabilidade da UFPE; e o "Plano Centro Cidadão", realizado pela UNICAP, que visa caracterizar padrões morfo-tipológicos produzidos nas últimas décadas e propor diretrizes para o futuro, tomando como referência o centro expandido.

Entretanto, os conteúdos produzidos nessas parcerias não tiveram seu potencial plenamente aproveitados no Plano Diretor ora em construção: há artigos propostos que não permitem suas implementações, que distorcem ou contradizem as diretrizes e premissas defendidas nos referidos estudos. Entendemos que muitos destes problemas decorrem do curto espaço de tempo dedicado às discussões com a população e ao pouco amadurecimento das contribuições, impedindo a devida incorporação de muitas demandas e sugestões importantes nas ações definidas.

Esse aspecto está na raiz das dificuldades e críticas ao processo, que se intensificaram pela impossibilidade de conhecer com profundidade o impacto do Plano Diretor e da Lei de Uso do Solo vigentes na estruturação urbana atual e de vislumbrar as alterações necessárias e desejáveis a serem incorporadas no processo de revisão desses instrumentos. Igualmente, alertamos sobre os riscos da elaboração desses dois instrumentos de forma desarticulada.

A participação de sociedade na elaboração do Plano Diretor é essencial para se conceber uma cidade mais inclusiva, saudável, segura e próspera, em defesa de uma visão de futuro

90

Recebido, 21/12/18  
Tarciano Cecília Medeiros  
Gestora de Apoio ao Consórcio da Cidade  
Mat. 97.214-1  
Secretaria de Planejamento U

que garanta maior qualidade de vida para seus habitantes. Os conflitos entre os interesses diversos e contraditórios de vários segmentos da sociedade, no contexto de uma sistemática rígida e apressada, ocasionou algumas experiências tumultuadas e, principalmente, desiguais. Isso fez com que grande parte das organizações participantes se retirassem do processo, às vésperas da Conferência do Plano Diretor.

Compreendemos e respeitamos a posição política tomada por nossos parceiros neste processo, pois são expressões relevantes do contraditório frente à sistemática adotada. Diferentemente, a maior parte dos representantes da UFPE e da UNICAP indicados como Delegados na Conferência consideraram essencial seguir presente nesses embates, pelo importante papel dessas instituições na luta, em todas as instâncias, a favor de condições mais justas para o ambiente, a cidade e seus habitantes.

Assim, nós que subscrevemos este documento testemunhamos o processo de forma crítica e defendemos posições que julgamos fundamentais para a conquista desse projeto de cidade nos vários grupos temáticos no Conselho da Cidade e nos fóruns de discussão do Plano, tendo incorporado algumas propostas importantes nesse sentido.

Compreendendo que os princípios definidos no momento de instauração do processo de revisão devem ser respeitados, causou-nos estranhamento o encaminhamento da Proposta Final de revisão do Plano Diretor à Câmara dos Vereadores sem que ela tenha sido referendada pelas instâncias participativas do GT-POT e do Concidade, como havia sido pactuado desde o início.

As considerações aqui apresentadas não se resumem à crítica aos deslizes de um processo que deveria primar por uma participação efetiva do ponto de vista qualitativo, a despeito de justificativas de participação quantitativa. Não nos eximimos de nosso papel social de produtores de conhecimento crítico a ser disponibilizado de forma clara e transparente para a população: debruçaremos-nos sobre a análise do resultado consolidado no conteúdo do Plano Diretor; posicionaremos-nos formalmente quanto aos seus avanços e recuos; buscaremos melhor informar que cidade estaremos construindo para o futuro e para quem serão direcionados seus benefícios.

Reiteramos o compromisso assumido de defesa do direito à cidade, sobretudo para os grupos excluídos, ao longo de todo este processo de revisão da legislação urbanística. Nossa atenção estará voltada à busca por respostas a questões que o processo de revisão do Plano Diretor deixou em aberto: Para quem, quanto, para onde e como devemos adensar? Quanto da cidade tem de edificações e espaços subutilizados ou vazios? Qual a real situação de nossas infraestruturas e sua capacidade de suportar novas construções? Que impactos podem ser consequentes dos novos adensamentos em áreas sem este devido suporte?

Recife, 06 de dezembro de 2018

UFPE (DAU, MDU, CIAPA, LATTICE E INCITI, Delegadas e Delegados)

UNICAP (Delegadas e Delegados)

4

*Recife, 06/12/18*  
*Tarciana Cecília Medeiros Lopes*  
Gestora de Apoio ao Conselho da Cidade do Recife  
Mat. 97.214-1  
Secretaria de Planejamento Urbano / PCN